

A ATUAÇÃO DOCENTE EM FOCO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ALUNOS HOMENS ACERCA DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: Lívia Machado Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Instituto Multidisciplinar, liviaolliveira@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é oriundo das pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Instituto Multidisciplinar pelo Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade, Infância e Educação (GESIED). O objetivo deste estudo visa analisar a representação social dos alunos do curso de Pedagogia da referida Universidade acerca da carreira docente na Educação Infantil. Para isso, buscou-se entender através da construção histórica da educação como se deu o processo de feminização do magistério e conseqüentemente o afastamento da figura masculina dos espaços reservados à criança. Esta pesquisa de caráter qualitativo utilizou como metodologia a análise de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas aplicado a cinco alunos do gênero masculino do curso de Pedagogia. Com base nos resultados, é possível afirmar que apesar de os discentes afirmarem que a docência masculina deva ser tratada com naturalidade, os mesmos pontuam que não se sentem mobilizados a ingressarem na área devido à complexidade dos questionamentos e críticas por parte da sociedade. Diante disso, pontuamos que apesar dos consideráveis avanços em termos de discussões sobre a temática gênero e sexualidade, faz-se necessário intervenções tanto na academia quanto nos espaços que transcendam seus limites, oportunizando uma formação emancipatória que vise à análise crítica dessas questões, almejando a concretização de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Gênero, Docência, Educação Infantil, Masculinidades.

Introdução

Diante da complexidade de análise dos desafios da viabilização de uma práxis emancipatória na contemporaneidade, é preciso compreender que frente à perspectiva de heterogeneidade do sistema educacional, o professor e a formação docente se tornam objeto de estudo, análise e compreensão da academia, com o intuito de implementar através de suas práticas o ideal de educação libertadora que almejamos atualmente.

A questão deflagrada deste trabalho apoia-se no fato de que ao realizar um panorama acerca da minha experiência como discente nas séries iniciais; comparando com os espaços escolares que tive contato durante minha trajetória acadêmica e com a realidade que vivenciei enquanto Bolsista PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na Escola Municipal Monteiro

Lobato, pude constatar a ausência da figura masculina nas atuações docentes ligadas à educação da primeira infância.

Tal inexpressividade de atuação não ocorre somente nas práticas docentes, tendo em vista que o curso superior de formação de professores é majoritariamente ocupado por mulheres. Tanto nas séries iniciais, quanto na educação infantil observamos o distanciamento da figura masculina docente, porém essa ausência ocorre de forma mais drástica na educação com crianças pequenas. Quanto menor a faixa etária, mais se evidencia a segregação masculina docente.

Ainda que singelos, são significativos os passos trilhados pelo estudo das relações de gênero, pois através de seu embasamento teórico é possível afirmar o quanto as construções sociais do que é ser homem e mulher delimitam atuações, predestinam lugares e segregam sujeitos. Através de um discurso facilmente reproduzido, internalizamos concepções estereotipadas que visam à adaptação, estagnação e naturalização diante dessas questões paradigmáticas.

Sendo a Educação Infantil um segmento concebido através da sua forte ligação com as atuações de “natureza feminina”, a relevância deste trabalho se constitui na análise de como os atravessamentos de gênero atuam na formação da identidade de discentes homens do curso de pedagogia frente às demandas da Educação Infantil.

Processo histórico da feminização do magistério

Pensando a educação nas séries iniciais, engana-se quem acredita que este segmento é desde sempre um âmbito majoritariamente ocupado por mulheres. No Brasil, estudos apontam que o modelo educacional da sociedade no período colonial era estruturado através da presença exclusivamente masculina. Diante das relações de gênero na hierarquia social, as mulheres não detinham o poder de intervenção educacional, uma vez que muitas delas não eram escolarizadas.

Em uma sociedade marcada pela cultura patriarcal, as mulheres eram criadas para a subserviência à figura masculina. Nessa estrutura cabia ao homem o dever de manter financeiramente a mulher e a sua família. Inicialmente elas eram submissas a seus pais e criadas para futuramente serem dominadas e servirem os anseios de seus futuros maridos, por isso não havia a necessidade de uma formação intelectual visto que, suas atuações se restringiriam aos cuidados do marido e do lar.

Diante da hegemonia masculina os homens dominavam o sistema educacional, além de serem responsáveis pelo ensino. Somente os meninos da elite detinham o direito de acesso a educação. Esses sujeitos responsáveis pelo ensino eram intitulados mestre-escola e tinham por objetivo propiciarem uma educação letrada para a elite, que se constituía como uma pequena parcela da sociedade. Torna-se relevante ressaltar que os anseios da educação daquela época diferem da estrutura educacional que temos referência atualmente.

Os registros que marcam a atuação desse profissional na educação datam o período colonial como início de sua atividade. Inicialmente, religiosos desempenhavam essa função, mas quando o ensino se torna laico, os homens que detinham instrução acadêmica na sociedade passam a ocupar esse papel. Esses sujeitos também eram denominados mestre de primeiras letras, e eram responsáveis por ensinar crianças de diferentes faixas- etária, através de práticas rígidas de ensino.

Com o advento do processo de industrialização, novas oportunidades trabalhistas surgiram e os homens passaram a se dedicar a outros campos de atuação profissional, que anteriormente não existiam. Sendo assim, o magistério se tornou uma profissão pouco desejada pela população masculina.

Após o processo de Independência do Brasil e com o advento da publicidade do ensino, nos anos finais do século XIX as mulheres passaram a integrar o sistema educacional na qualidade de docentes e discentes. Devido à formação de classes femininas, as professoras eram incumbidas de lecionarem para este grupo, visto que professores homens não podiam ser responsáveis pela escolarização feminina.

Apesar do ingresso de mulheres no sistema de ensino, a educação destinada a mulheres e homens era diferenciada, expressando assim o seu caráter dualista. Segundo Rabelo (2007), as moças se dedicavam à costura, ao bordado e à cozinha, enquanto os homens estudavam geometria. Como as professoras não tinham formação qualificada, elas eram isentas de lecionarem esta matéria, porém a mesma era fator de distinção salarial.

O fato citado anteriormente nos permite realizar uma contraposição com nossa realidade. Apesar de não mais oferecermos um currículo diferenciado para meninas e meninos, sendo a escola tradicionalmente uma instituição social que atende as demandas de formação para a sociedade. A mesma, através de práticas normativas e repressoras no que se refere a gênero, influencia

diretamente na construção social de meninas e meninos. Influenciando em modos de ser e estar na sociedade para ambos os grupos, através de brinquedos, brincadeiras, esportes entre outros.

No que concerne ao ato de lecionar, esta transição não ocorreu de forma natural. Isso porque, além do processo de industrialização, houve um interesse econômico e político que motivou a inserção dessa população feminina no espaço escolar. As mulheres geravam baixo custo salarial, pois através da ideologia patriarcal que estruturava a sociedade, as mulheres eram sustentadas por seus maridos e por isso não forneciam a principal renda familiar.

O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade *permitida* e, após muitas polêmicas, *indicada* para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de resignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar. (LOURO, 1997, p.95)

O processo de resignificação citado por Louro se refere à mudança no caráter educacional da sociedade no final século XIX devido ao início da entrada da mulher no magistério, uma vez que os atributos destinados à figura feminina passam a reestruturar os objetivos da educação destinada às crianças. De acordo com o dom da maternidade, Louro (1997) afirma que a educação precisa tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado etc.

Nesta perspectiva, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres atuam fortemente na construção da visão romantizada da professora, contrapondo os atributos da frieza e rigidez vinculados anteriormente ao mestre-escola. Ser mulher ou ser homem carrega consigo um fardo social que dita normas, padrões e atitudes a serem desempenhadas. A sociedade age como vigilante dessa estrutura social e qualquer “fuga” desses padrões são consideradas desestabilizadoras e passíveis de coerção.

Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil

O processo de feminização do magistério abordado anteriormente refere-se a um período de escolarização onde o público alvo do modelo educativo eram crianças em fase de alfabetização, o que constitui o nosso atual segmento Ensino Fundamental, ou seja, nesta época crianças de 0 a 6 anos não eram atendidas pelo sistema educacional. A Educação Infantil no Brasil surge no século

XIX com um caráter inicialmente assistencialista, visando o auxílio às mães que adentravam o mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se de suma importância ressaltar que a análise dessa prerrogativa é subsidiada e sofre influência direta das lutas sociais do movimento feminista, pois em 1960 as Feministas surgem com uma nova proposta, de que os espaços educativos reservados as crianças pequenas devem ser direito de todas as mulheres não somente das trabalhadoras, independentemente de sua classe social ou situação financeira.

A partir disso, a Educação Infantil passa a ser reconhecida através de duas vertentes: assistencialista e educativa. A educação de cunho assistencialista destinada à classe trabalhadora concebida como creche surge somente no final do século XIX, visando somente o cuidado da criança sem pensar em uma intervenção pedagógica, enquanto que as crianças oriundas da elite usufruíam de uma educação ainda que fortemente ligada às questões do cuidado, preocupadas com a perspectiva educativa originando, assim, o Jardim de Infância.

Com relação ao perfil dos docentes presentes neste contexto, diferentemente do Ensino Fundamental a educação de crianças de 0 a 6 anos se construiu sendo majoritariamente um espaço ocupado e destinado às mulheres. Tal naturalização histórica permeia a construção de que as práticas fundamentais para o exercício da profissão são da natureza do “mundo feminino”, configurando então uma cultura institucional.

Carvalho (2011) sinaliza que tal naturalização está tão intrínseca à nossa construção sócio-cultural que acabamos banalizando os motivos da “presença- ausência” de docentes homens na educação de crianças pequenas. É preciso romper com as barreiras do imaginário da “professorinha” como verdade absoluta e questionar as premissas que alicerçam estereótipos em torno da figura feminina em detrimento das atuações masculinas na Educação Infantil.

Em termos de referencial teórico, é possível afirmar que o espaço da Educação Infantil foi idealizado como sendo um ambiente propício à atuação feminina devido a sua maternagem. Friedrich Froebel, o criador dos “jardins de infância” apesar de ser um pedagogo homem, concebeu a educação de crianças pequenas como um trabalho estritamente feminino. Com isso podemos perceber o quanto as relações de gênero e o trabalho docente foram camufladas até mesmo pela ótica dos pensadores da educação, através de uma naturalização da ausência masculina.

Diante deste cenário, através de uma perspectiva problematizadora nos cabe pensar: Quais os critérios que explicam a “incapacidade” masculina de atuar no trabalho docente com crianças pequenas? Há profissões que demandem atributos intrínsecos a natureza biológica? Apesar da falta de expressividade de atuação, o que pensam e enfrentam os professores homens que atuam neste segmento?

No que concerne ao termo “incapacidade masculina”, uma das vertentes dessas problematizações questiona o fato do ato de lecionar para crianças pequenas através do termo “função feminina”. Esse termo evidencia as marcas do legado patriarcal, que ainda atua fortemente ditando os limites de atuação das mulheres através de um suposto “dom materno” que nunca fará parte da realidade biológica masculina.

Em termos de legislação, o primeiro documento que reconhece a Educação Infantil é a Constituição de 1988, deslocando o cunho assistencialista da educação para um caráter pedagógico. Outra referência que temos é a *Política de Educação Infantil* (BRASIL,1993) divulgada pelo MEC que surgiu devido a fomentação de intensos debates e movimentos no século XX. Este documento evidencia a forte presença dos conceitos cuidar/educar como categorias indissociáveis que deveriam nortear o trabalho pedagógico.

Diante desses documentos, podemos notar que muito do que nossa historicidade educacional defende como sendo papel social da Educação Infantil está intimamente ligado ao conceito “cuidado”. Com base nisto, é possível evidenciar que a maioria dos argumentos utilizados em detrimento da atuação masculina, refere-se à preocupação com o cuidar das crianças pequenas. Nesse sentido, é de extrema relevância que tomemos como referência a concepção de cuidado que permeia a epistemologia do senso comum acerca do trabalho docente na Educação Infantil. Maranhão (2000) afirma que a maior problemática no que se refere ao cuidado na Educação Infantil é a sua restrita vinculação ao corpo.

Os desafios da docência masculina na Educação Infantil

Partindo da afirmação que homens não sabem cuidar de crianças pequenas devido a sua inaptidão “natural” e caso eles façam isso bem é porque há algo de “errado”, nos cabe pensar como se desenvolve o trabalho docente de homens que encaram essa realidade e quais são suas

representações sociais acerca de sua escolha profissional. Para isso tomaremos como referência neste tópico o posicionamento do professor Joaquim Ramos.

“O tratamento das profissionais e das famílias é de colocar o homem, enquanto sujeito, em xeque. Enquanto ele não der provas de uma sexualidade ilibada e de uma conduta respeitosa, ele será questionado. A sexualidade é especialmente questionada. Pensam que ou ele é perverso, ou é gay, ou não é “homem de verdade”. Os homens precisam provar que não colocariam as crianças em risco.”(RAMOS, 2011,p.61))

Diante deste relato do pesquisador, é possível aferir que a maior preocupação enquanto ao ato de lecionar por parte dos homens refere-se à crise da construção social da figura masculina na sociedade. Quando Joaquim diz que o sujeito homem é colocado em xeque, percebemos que a ruptura do paradigma social é o que preocupa a sociedade, pois o professor adentra um espaço que não o pertence. Sendo assim, essa escolha é encarada como um desvio de caráter deste homem, que passa a ter que provar a todo instante para o grupo social que ele é uma pessoa “idônea”.

Difícilmente o trabalho docente desempenhado por mulheres é acompanhado com tanta assiduidade por parte da comunidade escolar e da família como o trabalho masculino, pois este vive a todo tempo a constante aprovação e reafirmação não somente no espaço escolar, mas em toda a sociedade. O objeto de contestação e preconceito passa a não ser a sua prática enquanto profissional, mas sim o indivíduo que a exerce. Os questionamentos com relação à atuação desses profissionais raramente objetivam o cunho pedagógico do ato de lecionar. A indagação por parte de muitas pessoas está intimamente ligada ao sujeito que irá desempenhar a tarefa da higiene das crianças pequenas, pois o professor “não pode” realizar tal demanda, entrando em cena o receio da sexualidade.

Percurso Metodológico

Segundo Marj Kibby (1997), "representações são apresentações", isto é, são as formas com que os grupos se estabelecem, reconhecem e são reconhecidos socialmente. Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa embasou-se nas premissas que alicerçam os paradigmas presentes nas representações sociais em torno da figura docente masculina no espaço das práticas docentes na educação infantil.

Neste estudo analisamos as representações sociais de discentes homens que rompem os paradigmas das relações de gênero e ingressam em um curso superior de formação profissional

docente majoritariamente ocupado por mulheres. Buscando compreender as suas concepções acerca da realidade da docência na educação infantil, assim como a pretensão ou não de uma futura atuação neste segmento.

Devido ao sentido exploratório deste trabalho, esta pesquisa se constitui como sendo de caráter qualitativo, porém se faz necessário ressaltar que a motivação da mesma parte de uma evidência quantitativa no que tange à inexpressividade de ingresso e permanência de homens no curso de Pedagogia.

Objetivando uma melhor apreensão de informações e possibilidades de problematizações, escolhemos como instrumento de pesquisa a utilização de um questionário semi- estruturado contendo perguntas abertas e fechadas. O campo de pesquisa utilizado para a realização do presente estudo foi a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no campus Instituto Multidisciplinar localizada em Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, sendo o objeto da pesquisa o papel do curso de pedagogia na formação docente dos alunos homens.

A referida pesquisa contou com a participação de cinco alunos do curso anteriormente citado, com matrículas ativas entre o 5º e o 8º período, que no mínimo tiveram o contato com a educação infantil através da experiência do estágio obrigatório no referido segmento. Devido à preocupação com o anonimato dos entrevistados, utilizamos no decorrer da transcrição e análise das informações obtidas nomes fictícios para esses sujeitos. Inicialmente o questionário realizou um levantamento do perfil desses sujeitos buscando conceber o percurso desses sujeitos até a graduação. No quadro a seguir, apresentaremos tais dados:

NOME	IDADE	PERÍODO	CURSO NORMAL	OUTRA GRADUAÇÃO	ATUA NA EDUCAÇÃO
José	25 anos	6º	Não	Não	Sim
Pedro	24 anos	8º	Não	Não	Não
Ricardo	52 anos	7º	Não	Sim	Não
Carlos	26 anos	6º	Não	Não	Sim
Augusto	24 anos	5º	Não	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisa realizada

Com base em alguns autores como Rabelo (2013), Louro (1997) e Carvalho (2011) que nos ajudam a pensar tanto o percurso feminino do magistério quanto o da educação infantil como um fenômeno histórico subsidiado pelas relações de gênero, utilizaremos como base de nosso estudo a formação profissional para o trabalho docente masculino, dando ênfase nas percepções que esses sujeitos se apropriaram diante dos diversos estigmas enfrentados por eles ao se dedicarem a uma carreira majoritariamente ocupada por mulheres.

A ausência de vozes masculinas e inexpressividade de atuação docente por parte desse grupo nos permitiram colocarmos em análise as questões conflituosas que são camufladas socialmente através de uma predestinação natural que aproxima a mulher da sua “função social” do cuidado e conseqüentemente afasta o homem dessas atuações através de estigmas e estereótipos.

Embora ainda hoje, tendo como referência um dado quantitativo possamos afirmar que as mulheres são maioria no curso de Pedagogia da UFRRJ- IM, o número de homens que ingressam a cada semestre no curso tem aumentado consideravelmente. Assim, a pesquisa se preocupou em analisar as influências ou não que levaram esses alunos ingressarem em um curso predominantemente feminino, analisando os possíveis desconfortos e barreiras encontrados ao longo de seu percurso educacional.

O curso de pedagogia em foco: os discentes homens

[...] Muitas são as contendas encontradas por homens que ingressam em cursos de formação docente, principalmente, aqueles dedicados ao cuidado e educação das infâncias, como é o caso da graduação em Pedagogia. Considerando as relações de gênero e de poder que atravessam esses contextos, analisamos que o fato de haver homens em uma graduação considerada “feminina” e mulheres em uma graduação considerada “masculina” significa poder questionar as possibilidades de atuação demarcadas pelos gêneros – “profissão de mulher”, “profissão de homem” –, criando assim, resistências. (Santos e Castro, 2015, p. 5)

Ingressar em um curso majoritariamente ocupado por mulheres, consolidado por construções sociais em torno da natureza feminina é sinônimo de resistência por parte dos homens. Questionamentos e conflitos surgem de todos os lados e instâncias sociais, desde a família até a Instituição Acadêmica. Comentários preconceituosos são disseminados através de brincadeiras camufladas e até mesmo verbalizados de maneira nada melindrosa.

Segundo Ramos (2011) mudanças não acontecem sem confrontos e tensões. À medida que se assume uma posição questionadora de resistência, é preciso estar preparado para lidar com as diversas posições contrárias e estigmas que conseqüentemente irão surgir. Nossa pesquisa apontou, que mesmo os discentes homens do curso de pedagogia sendo reconhecidos como figura de resistência, ainda assim, são poucos os estudantes que legitimam essa relutância.

Almejando conceber as perspectivas que este público possui acerca da educação infantil, compreendemos que para os entrevistados inúmeras são as questões paradigmáticas que os afastam do anseio por atuar na educação com crianças pequenas, sendo a família o público com maior resistência a aceitação dessa prática. Apesar de acreditarem que tal temática deveria ser tratada com naturalidade, eles não se sentem confortáveis e mobilizados a atuarem neste segmento.

No decorrer da pesquisa percebemos que as falas dos entrevistados se entrelaçavam diretamente nos questionamentos que envolviam: questão salarial, status social, homossexualidade, subalternidade feminina, habilidades com crianças, entre outros. O estudo evidenciou que a tendência do público masculino em cursar pedagogia sob o ponto de vista da sociedade não é algo natural, tornando-se perturbador em termos de aceitação. Pensando a correlação entre as práticas na educação infantil e o público docente masculino, observa-se que há uma preocupação constante por parte da sociedade em buscar indícios que enquadre a sexualidade como potencializador de possíveis escolhas.

Segundo os entrevistados, com base na experiência do estágio na Educação Infantil os mesmos alegaram que sofreram maior resistência por parte da família das crianças com as quais eles tiveram contato. Em contrapartida, todos ressaltaram que o público infantil lida com maior naturalidade com a presença masculina docente nos espaços educativos. O desconforto com essa prática é uma realidade do universo adulto, que vive as tensões do medo e vigilância da sexualidade. Ainda que inicialmente em alguns momentos as crianças estranhem a presença de homens, até mesmo pela ausência de expressividade de atuações nos diversos espaços educativos que eles frequentam, no decorrer do tempo essas relações fluem naturalmente.

Considerações Finais

Enquanto profissionais da educação, nosso campo de intervenção caminha em direção a práticas emancipatórias que dialoguem com essas constatações através do viés crítico. A partir

disso, pensando as relações de gênero e seus desdobramentos em todas as suas instâncias, acreditamos que nossas pesquisas devem partir da ideia de Freire de que “O mundo não é. O mundo está sendo”, e com isso nos mobilizarmos enquanto sujeitos históricos de que podemos fazer a diferença e intervir em mudanças significativas, porém, cabe ressaltar que esse percurso não é nada fácil.

Sendo o público alvo de nossa pesquisa os discentes homens do curso de pedagogia da UFRRJ-IM, observamos que mesmo estes sujeitos estando em contato direto com problematizações de diversas naturezas, inclusive sobre gênero e sexualidade, suas falas são arraigadas de naturalizações construídas socialmente que divergem das discussões promovidas pelo campo referido, perpetuando concepções estereotipadas que fazem parte das epistemologias do senso comum. Demonstrando o quanto essas construções são internalizadas e replicadas de maneira inconsciente.

Pensando para além do campo educacional, defendemos que não somente na prática docente na educação infantil, mas em todas as carreiras que carregam consigo o fardo da divisão sexual do trabalho é pertinente que desenvolvamos práticas e espaços que promovam discussões sobre as relações de gênero, problematizando a construção desses lugares predestinados que segregam atuações, inferiorizam práticas e distinguem atuações entre homens e mulheres.

Quando pensamos em equidade de gênero, geralmente temos como centro de nossas análises a figura feminina. É inegável que as mulheres sofrem muito mais para afirmarem suas capacidades em todos os níveis de atuação do que os homens, através de um legado histórico de subalternização diante das relações de poder, apesar disso, analisando de maneira crítica, é de suma importância ressaltar que os homens também enfrentam dificuldades de autoafirmação quando adentram um campo conceituado como sendo de “natureza feminina”. Herdando então, a subalternização da classe feminina, se tornando um homem de “menor valor” e sua sexualidade logo se torna alvo de questionamentos.

Ao longo dessa investigação, ficou claro o quanto ainda se faz necessário que avancemos com pesquisas que versam sobre o campo das relações de gênero e sexualidade na educação. Ainda que consideremos importantes os avanços em termos de discussões e problematizações na área, torna-se necessário ressaltar que após longos anos de mordada e aprisionamento essas questões ainda precisam avançar muito mais.

É notório, que essas indagações e inquietações devem ser incorporadas à formação docente, com o objetivo de viabilizar uma práxis mais crítica e engajada nas questões vinculadas a contemporaneidade. As questões que versam sobre gênero e sexualidade devem ser integradas à academia de forma mais expressiva e transpor seus muros, para que possa atingir um número maior de sujeitos que independentemente de concordarem ou não sobre o desenvolvimento da temática tenham acesso a um diálogo crítico. Somente assim caminharemos rumo a uma sociedade mais igualitária, democrática e inclusiva em que a diversidade seja, de fato, celebrada..

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação/ SEF/ COEDI. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997

MARANHÃO, Damaris. **O cuidado como elo entre saúde e educação**. Cadernos de pesquisa, São Paulo n 111, p. 115-133, dez. 2000.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério**. *VI Congresso Lusobrasileiro de História da Educação*, 2007. Disponível em: www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf acessado em 2 de agosto de 2016

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre professores homens da educação infantil e as relações de gênero na Rede Municipal de Belo Horizonte – MG**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Belo Horizonte, 2011